

SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 35014.012096/2026-21

2. Descrição da necessidade**3.1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DESTA ETP**

O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à execução de controle integrado de vetores e pragas urbanas, abrangendo os serviços de desinsetização, desratização, descupinização, bem como o desalojamento de pombos e morcegos, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, insumos e mão de obra necessários à sua completa e adequada execução.

Os serviços têm por finalidade atender às necessidades das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, vinculadas à Superintendência Regional Sul, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente nas Gerências Executivas de Ijuí, Santa Maria e Uruguaiana, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

A descrição detalhada do objeto da contratação encontra-se no capítulo referente à “Descrição da Solução como um Todo” deste Estudo Técnico Preliminar, bem como no Termo de Referência.

3.2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA:

A futura contratação tem por objetivo prevenir, de forma integrada e mediante a adoção de métodos eficazes, a instalação, proliferação e reprodução de vetores e pragas urbanas, tais como roedores (ex.: ratos, ratazanas e camundongos), artrópodes quelicerados (ex.: aranhas e carrapatos), insetos voadores e rasteiros (ex.: baratas, moscas, vespas, pernilongos, cupins, entre outros), bem como pombos e morcegos, nas dependências e ambientes do INSS.

A execução desses serviços visa preservar a saúde do público interno (servidores, terceirizados e estagiários) e do público externo usuário (segurados e cidadãos em geral) das unidades vinculadas a esta Superintendência, além de assegurar a conservação do patrimônio da Autarquia, em estrita conformidade com a Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, da ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

A ausência da prestação dos serviços em questão pode tornar insalubres os ambientes das unidades do INSS, ocasionar agravos à saúde dos usuários e trabalhadores da Autarquia, bem como gerar prejuízos econômicos, tais como o desgaste e a deterioração de bens móveis e imóveis em razão da ação de pragas, a exemplo de cupins e formigas e danos às instalações elétricas e lógicas causadas por roedores e insetos. Ademais, a falta de controle adequado pode favorecer a disseminação de doenças e infecções, uma vez que determinadas pragas atuam como vetores de agentes patogênicos, associados a enfermidades como dengue, febre amarela, doença de Chagas, entre outras.

Dessa forma, a presente contratação objetiva assegurar a prestação de serviço especializado, com padrão adequado de qualidade, mediante intervenções planejadas e executadas em conformidade com os parâmetros técnicos e normativos exigidos por esta Autarquia, de modo a garantir a plena funcionalidade das instalações físicas do INSS – Superintendência Regional Sul e a manutenção de um ambiente saudável, seguro e livre de pragas e riscos à saúde.

3.3. DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO:

Trata-se de serviço essencial cuja prestação é sustentada sob a égide do Princípio da Continuidade do Serviço Público, que visa não prejudicar o atendimento à população e, portanto, não podem ser interrompidos pois colocariam em perigo a saúde e a segurança do público usuário que usufrui dos serviços prestados pelas Unidades do INSS - SRSUL.

3.4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2024-2027 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 46 /CEGOV/INSS, de 02 de janeiro de 2025. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2026, contratação 510181/000060/2026 (SEI 24003273) da SRSUL.

3.5. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO VIGENTE.

A presente contratação tem por finalidade substituir o Contrato nº 90/2025 (SEI nº 22260485), oriundo do Pregão Eletrônico nº 11/2025, integrante do Processo Administrativo nº 35014.366393/2024-22, atualmente vigente no âmbito do INSS no Estado do Rio Grande do Sul, que abrange as unidades vinculadas às Gerências Executivas de Ijuí, Santa Maria e Uruguaiana, o qual se encontra em fase de análise e apuração de possíveis irregularidades, com probabilidade de rescisão contratual, em razão de a empresa contratada ter formalizado pedido de desistência da execução dos serviços.

3.6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO À NECESSIDADE DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

Os serviços supramencionados visam atender a uma necessidade permanente da Administração Pública, caracterizando-se como atividades de apoio, de natureza acessória às atividades finalísticas do INSS, contribuindo de forma indireta para o cumprimento de sua missão institucional, conforme demonstrado ao longo deste Estudo Técnico Preliminar. Ressalta-se que a terceirização desses serviços mostra-se adequada e necessária, uma vez que a Autarquia não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos ou cargos com atribuições compatíveis com o objeto da contratação.

A terceirização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, a serem executados de forma indireta, encontra amparo legal e administrativo na Lei nº 14.133/2021, que admite a contratação de serviços contínuos necessários ao funcionamento da Administração Pública, bem como no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta de serviços no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, autorizando a terceirização de atividades que não integrem o núcleo das competências finalísticas do órgão.

Diante das considerações expostas, o presente estudo tem por objetivo identificar e avaliar as soluções disponíveis no mercado aptas a atender às necessidades contínuas dos serviços essenciais, assegurando o adequado funcionamento das unidades do INSS – Superintendência Regional Sul (SRSUL), vinculadas às Gerências Executivas de Ijuí, Santa Maria e Uruguaiana, bem como a manutenção de ambientes salubres e seguros para o público usuário e para o desenvolvimento das atividades institucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LOG-DIV - SRSUL	WESLEY BORGES FERREIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. DA CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM:

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns porque seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Art. 6º, inciso XIII: "Para os fins desta Lei, consideram-se: bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

4.2. DA NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO:

O objeto do presente estudo, pelas suas características e com base na descrição das necessidades apresentadas anteriormente, possui natureza de serviço continuado, devido à sua essencialidade e importância, de forma a impedir que sua eventual interrupção comprometa seriamente a adequada prestação do serviço público realizado pelo INSS - SRSUL, conforme dispõe o Art. 6, inciso XV, da Lei 14.133/2021, *in verbis*:

Lei 14.133/2021, Art 6º, inciso XV: "serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas".

Na contratação anterior, verificou-se a necessidade de execução dos serviços de controle de pragas em todas as unidades, com periodicidade de duas aplicações anuais, o que permite estabelecer previamente a quantidade, a frequência e a real necessidade dos serviços a serem contratados. Ademais, conforme evidenciado na contratação anterior, em algumas unidades foi necessária a reaplicação dos serviços dentro do prazo de garantia de 06 (seis) meses entre uma aplicação e outra, em razão da reincidência de infestações por formigas, baratas, ratos, entre outras pragas. Tais ocorrências demonstram a natureza contínua da prestação desses serviços, uma vez que a presença de insetos, roedores e outras pragas nas unidades do INSS compromete as condições sanitárias do ambiente, tornando-o insalubre para servidores e usuários.

4.3. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO:

Para a presente contratação, considerando-se a peculiaridade do objeto em estudo e o orçamento disponível, o contrato será firmado em prazo inicial de 12 (doze) meses, prorrogável até o limite de vigência máxima decenal (10 anos), desde que atendidos os critérios dispostos nos incisos I a III, do Art. 106 da Lei 14.133/2021.

4.4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A empresa deverá estar devidamente autorizada pelos Órgãos competentes para que possa desempenhar plenamente a prestação dos serviços que compõem o objeto do presente Estudo.

A contratação deve atender às legislações, normas e regulamentações definidas pelas legislações federal, estadual e/ou municipal em vigor.

A contratação deverá atender plenamente às exigências e aos critérios de habilitação previstos no Edital e seus anexos.

Casos omissos ou não indicados no Edital e seus anexos serão resolvidos e definidos previamente junto à Contratante.

4.4.1. SUSTENTABILIDADE:

Os materiais e produtos eventualmente empregados nos locais de prestação dos serviços deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres e os materiais empregados pela contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto, zelando pela sustentabilidade ambiental.

Todos os rejeitos e resíduos provenientes do serviço deverão ser recolhidos e removidos do local e a contratada deverá providenciar o destino adequado, não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos, em nenhuma hipótese, poderão ser mantidos no local.

Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Os materiais a serem utilizados deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -SLTI /MPOG e na IN SEGES n.º 58/2022, no que couber.

Além disso, para minimizar ou mitigar os possíveis impactos ambientais, a contratação deve levar em consideração as ações descritas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024.

Devem ser observados, ainda, os demais critérios estabelecidos no item que trata dos Possíveis Impactos Ambientais, do presente Estudo.

4.4.2. DA SUBCONTRATAÇÃO:

Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, ou seja, do serviço de desinsetização, desratização e descupinização.

4.4.3. GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, dada a baixa complexidade e valor do objeto contratual e também em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame caso fosse exigido. Portanto, serão suprimidas todas as cláusulas correlatas a este tópico.

4.4.4. VISTORIA (OPCIONAL):

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16h00 horas.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Todas as condições detalhadas inerentes ao agendamento e realização da vistoria constam dispostas no Termo de Referência.

4.4.5. REQUISITOS LEGAIS:

A futura contratação observará a seguinte legislação:

- Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA);
- Lei Complementar no 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Decreto no 3.722, de 09 de janeiro de 2001: Dispõe sobre o SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- Decreto no 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto no 9.507, de 21 de setembro de 2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto no 10.024, de 20 de setembro de 2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto no 11.246, de 27 de outubro de 2022: Regulamenta o disposto no § 3o do art. 8o da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI/MP no 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI/MP no 02/2010: Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- Instrução Normativa SLTI/MP no 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 65, de 07 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 73, de 30 de setembro de 2022: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 98, de 26 de dezembro de 2022: Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria MPDG no 443, de 27 de dezembro de 2018: Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2o do Decreto no 9.507/2018.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

As definições, exigências e requisitos para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas estão delineadas na RDC ANVISA 622 /2022, nas ABNT NBR 15584-1:2008, 15584-2:2008 e 15584-3:2008, e atualizações.

As definições, exigências e requisitos para a utilização de produtos saneantes desinfestantes estão delimitadas na RDC ANVISA 682/2022, na ABNT NBR 15517:2016, na Portaria SVS/MS 321/1997 (Normas para Desinfestantes Domissanitários), e atualizações.

As definições, exigências e requisitos para o transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos estão regulamentadas na RESOLUÇÃO ANTT 5.998/2022 e atualizações.

Outras disposições legais, normas, portarias e demais regulamentos que estejam vigentes e que, porventura, não estejam referenciados neste documento, no Edital e seus anexos não eximem a Contratada da responsabilidade por seu pleno cumprimento.

4.4.5.1. O serviço a ser contratado:

a) constituir-se em atividade material acessória, instrumental e complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, podendo ser objeto de execução indireta, nos termos do Decreto no 9.507, de 21.09.2018;

b) não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelecem os arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP no 05/2017;

c) por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto no 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

4.4.5.2. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

4.4.5.3. Ademais, em atendimento ao art. 8º, §2º, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012, o inteiro teor do contrato será disponibilizado no sítio oficial do órgão licitante na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão no 1.855/2018).

4.4.5.4. Declara-se, ainda, que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

4.5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

A licitante deverá cumprir todos os requisitos de habilitação que serão previstos no Termo de Referência.

4.6. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Não será permitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

4.7. REQUISITOS DE SEGURANÇA:

Os funcionários da Contratada deverão adequar-se às regras de segurança de circulação e identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança do Trabalho.

A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências das unidades, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF.

Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) próprios para a execução desse tipo de trabalho durante a prestação dos serviços.

4.8. REQUISITOS SOCIAIS E CULTURAIS:

Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.9. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização quando for o caso.

4.10. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DE EQUIPE:

A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, se for o caso, como preposto da empresa.

4.11. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO:

Os funcionários da Contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

4.12. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

Todos os funcionários da Contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

5. Levantamento de Mercado

5.1. DO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO:

Consideradas as definições anteriores, a Equipe de Planejamento realizou a prospecção junto ao mercado para averiguar as soluções disponíveis que poderiam atender de forma adequada à necessidade das Unidades do INSS - SRSUL, de acordo com os requisitos da contratação dispostos em tópico anterior deste estudo.

5.1.1. DO ESTUDO DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES POR ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Número do Item da Pesquisa	Fonte da Pesquisa	Número da Compra ou Contrato	Data/Hora da Compra	Número do Item da Compra	Preço Unitário (m²)	Órgão	UASG
1	I - Compras.gov.br	90038/2025	01/02/2026	9	0,3	COMANDO DA AERONÁUTICA	120669
2	I - Compras.gov.br	90038/2025	01/02/2026	7	0,3	COMANDO DA AERONÁUTICA	120669
3	I - Compras.gov.br	90038/2025	01/02/2026	6	0,69	COMANDO DA AERONÁUTICA	120669
4	I - Compras.gov.br	90038/2025	01/02/2026	5	0,48	COMANDO DA AERONÁUTICA	120669
5	I - Compras.gov.br	90038/2025	01/02/2026	4	0,3	COMANDO DA AERONÁUTICA	120669
6	I - Compras.gov.br	90013/2025	27/01/2026	26	0,68	COMANDO DO EXERCITO	160136
7	I - Compras.gov.br	90005/2025	22/01/2026	6	1,49	AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	323102
8	I - Compras.gov.br	90005/2025	22/01/2026	2	0,3	AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO	323102
9	II - contratações similares	86/2025	05/09/25	9	0,3	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS	510181
10	II - contratações similares	90/2025	05/09/25	26	0,3	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS	510181
11	II - contratações similares	90/2025	05/09/25	28	0,3	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS	510181

5.2. DO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EM POTENCIAL:

SOLUÇÕES LEVANTADAS EM POTENCIAL	
Soluções em potencial:	Descrição da solução:
SOLUÇÃO 1:	Contratação de serviços de controle de pragas por escopo, através de SRP.
SOLUÇÃO 2:	Contratação dos serviços de controle de pragas na forma continuada, com frequência superior à atualmente praticada.
SOLUÇÃO 3:	Contratação dos serviços de controle de pragas na forma continuada, com frequência semestral.

5.3. DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES LEVANTADAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE:

Segue abaixo tabela comparativa acerca das soluções levantadas:

ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES LEVANTADAS			
Critérios	Avaliação da Solução 1	Avaliação da Solução 2	Avaliação da Solução 3
Eficiência	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE
Eficácia	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE
Economicidade	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE
Padronização	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE

5.4. DA ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO:

Considerados os critérios levantados na tabela supramencionada, a Equipe de Planejamento determinou que a melhor solução a ser considerada para o presente processo de contratação é a **SOLUÇÃO 3**.

5.4.1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO SUPRACITADA:

A escolha da SOLUÇÃO 1 resulta na realização de inúmeros processos licitatórios (um a cada dois anos que é o prazo máximo de vigência da Ata), além de não se mostrar adequada para o serviço em questão. Pode-se observar pelo histórico do INSS SRSUL e pelas contratações de outros entes públicos que o serviço de controle de pragas é um serviço continuado.

A escolha da SOLUÇÃO 2 é a escolhida por alguns órgãos, porém no INSS observa-se a necessidade de interrupção da atividade fim pelo menos por algumas horas durante e após a aplicação dos pesticidas. Além disso, mesmo o valor sendo inferior por m² observa-se que aumentando o número de aplicações tem-se a tendência a resultar em um custo maior.

Escolhe-se a SOLUÇÃO 3, no qual há contratação do serviço de natureza continuada, sob demanda, no intervalo mínimo de 06 (seis) meses entre as aplicações. Tal solução atende em sua completude às necessidades técnicas reais e vigentes da Contratante; aos critérios dispostos no Guia de Boas Práticas do Tribunal de Contas da União (TCU), em termos de eficiência, eficácia, economicidade e padronização e, principalmente, também enquadra-se e respeita as limitações orçamentárias vigentes, sendo a melhor solução que pode ser adotada para o momento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. DESCRIÇÃO SUCINTA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos, com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a finalidade de atender às necessidades das unidades do INSS abrangidas pela Superintendência Regional Sul, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente nas Gerências Executivas de Ijuí, Santa Maria e Uruguaiana.

6.2. DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO QUE SE ALMEJA CONTRATAR:

- 6.2.1. Caso haja divergências entre as informações constantes no sistema Compras.gov.br (códigos dos itens CATMAT/CATSER, lotes, quantidades, valores, descrições dos itens cadastrados, etc) e aquelas previstas no Termo de Referência, sempre prevalecerão as últimas.
- 6.2.2. Antes de iniciar o serviço, a Contratada deverá providenciar a medição da área cujo serviço será realizado a fim de confrontar com o estimado pela Superintendência. Em seguida, deverá elaborar um cronograma de execução que observe o número mínimo de intervenções contratadas e a periodicidade dos serviços necessários naquela(s) área(s), a ser encaminhado à Equipe Especializada da SRSUL para autorização da execução.
- 6.2.3. O objeto deverá incluir o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, equipamentos, produtos e todo o material indispensável à boa execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir a prestação dos serviços, observadas as normas e a legislação vigente. O fornecimento destes itens já deve estar embutido na contratação.
- 6.2.4. Os endereços das unidades a serem atendidas, bem como a metragem, seguem na tabela abaixo:

GRUPO 1							
ITEM 1 – GEX Ijuí (serviço de desinsetização, desratização e descupinização)							
							Previsão

Qtde	Unidade	Endereço	Cidade	Área total edifício (m²)	Área externa (pátios e áreas verdes) (m²)	Área total	de 2 Aplicações /Ano
1	GEX IJUÍ	Rua 20 de Setembro, 275, Centro	IJUÍ/RS	2.679,02	616,30	3.295	6.590
2	APS CERRO LARGO	Rua Sete de Setembro, 160, Centro	CERRO LARGO /RS	452,20	1.553,98	2.006	4.012
3	APS CRUZ ALTA	Av. Benjamin Constant, 553, São Miguel	CRUZ ALTA/RS	2.645,74	173,98	2.820	5.639
4	APS FREDERICO WESTPHALEN	Av. Luis Milani, 254, Centro	FREDERICO WESTPHALEN /RS	1.215,58	1.425,52	2.641	5.282
5	APS GIRUÁ	Rua Sete de Setembro, 37, Centro	GIRUÁ/RS	934,97	1.519,27	2.454	4.908
6	APS HORIZONTALINA	Rua São Cristóvão, 1386, Centro	HORIZONTALINA /RS	934,97	1.145,05	2.080	4.160
7	APS IBIRUBÁ	Rua Mauá, 1486, Centro	IBIRUBÁ/RS	934,97	1.081,89	2.017	4.033
8	APS IJUÍ	Rua Benjamin Constant, 566, Centro	IJUÍ/RS	1.120,11	0,00	1.120	2.240
9	APS PALMEIRA DAS MISSÕES	Rua Borges de Medeiros, 17, Centro	PALMEIRA DAS MISSÕES/RS	1.922,14	356,99	2.279	4.558
10	APS PANAMBI	Rua Bento Gonçalves, 192, Centro	PANAMBI/RS	766,68	745,17	1.512	3.023
11	APS PORTO LUCENA	Rua João Bordim, 497, Centro	PORTO LUCENA /RS	934,97	426,53	1.362	2.723
12	APS SANTA ROSA	Rua Doutor João Dahne, 197, Centro	SANTA ROSA/RS	2.999,75	521,33	3.521	7.042
13	APS/PFE/ADJ SANTO ÂNGELO	Rua dos Andradas, 730, Dido	APS/PFE/ADJ SANTO ÂNGELO /RS	2.444,66	864,04	3.309	6.617
14	APS SÃO LUIZ GONZAGA	Rua Doutor Bento Soeiro de Souza, 2373, Centro	SÃO LUIZ GONZAGA/RS	1.830,96	433,79	2.265	4.529
15	APS TRÊS DE MAIO	Av. Santa Rosa, 1381, Centro	TRÊS DE MAIO /RS	934,97	1.014,37	1.949	3.898
16	APS TRÊS PASSOS	Rua General Osório, 250, Centro	TRÊS PASSOS/RS	1.714,42	511,30	2.226	4.451
16 unidades				total m2		36.856	73.711
ITEM 2 – GEX Ijuí (serviço de desalojamento de pombos e morcegos)							
Qtde	Unidade	Endereço	Cidade	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações /Ano	
1	APS CRUZ ALTA	Av. Benjamin Constant, 553, São Miguel	CRUZ ALTA/RS	786,50		1.573	
1 unidade				total m2		787	1.573
GRUPO 2							
ITEM 3 – GEX Santa Maria (serviço de desinsetização, desratização e descupinização)							
Qtde	Unidade	Endereço	Cidade	Área total edifício (m²)	Área externa (pátios e áreas verdes) (m²)	Área total	Previsão de 2 Aplicações /Ano
1	GEX/APS/ADJ SANTA MARIA	Rua Venâncio Aires, 2114, Centro	SANTA MARIA /RS	3.230,72	365,93	3.597	7.193
2	CEDOPREV SANTA MARIA	Rua André Marques	SANTA MARIA /RS	1.198,45	0,00	1.198	2.397
3	APS CAÇAPAVA DO SUL	Rua Barão de Caçapava, 633, Centro	CAÇAPAVA DO SUL/RS	412,55	123,95	537	1.073
4	APS CACEQUI	Rua Sete de Setembro, 276, Centro	CACEQUI/RS	530,18	259,47	790	1.579
5	APS CACHOEIRA DO SUL	Rua General Portinho, 1785, Augusta	CACHOEIRA DO SUL/RS	1.534,01	541,20	2.075	4.150
6	APS CANDELÁRIA	Rua 25 de Agosto, 90, Centro	CANDELÁRIA/RS	461,59	76,31	538	1.076
	APS ENCRUZILHADA DO		ENCRUZILHADA				

7	SUL	Rua General Osório, 335, Centro	DO SUL/RS	334,40	463,46	798	1.596
8	APS JÚLIO DE CASTILHOS	Av. Beto Salles, 55, Centro	JÚLIO DE CASTILHOS/RS	453,85	95,42	549	1.099
9	APS RIO PARDO	Rua Adolfo Pritsch, 504, Centro	RIO PARDO/RS	1.256,19	55,00	1.311	2.622
10	APS SANTA CRUZ DO SUL	Rua Ramiro Barcelos, 1430, Centro	SANTA CRUZ DO SUL/RS	2.111,12	409,00	2.520	5.040
11	APS SANTIAGO	Rua Francisco Camargo, 128, Centro	SANTIAGO/RS	1.041,37	413,00	1.454	2.909
12	APS SOBRADINHO	Rua Pedro Alvares Cabral, S/N, Centro	SOBRADINHO/RS	949,02	165,22	1.114	2.228
13	APS TUPANCIRETÃ	Rua Capitão Amorin, S/N, Centro	TUPANCIRETÃ /RS	888,44	151,00	1.039	2.079
14	APS VENÂNCIO AIRES	Rua Jacob Becker, 1733, Centro	VENÂNCIO AIRES/RS	950,51	341,25	1.292	2.584
14 unidades				total m2		18.813	37.625

ITEM 4 – GEX Santa Maria (serviço de desalojamento de pombos e morcegos)

Qtde	Unidade	Endereço	Cidade	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações /Ano	
1	GEX/APS/ADJ SANTA MARIA	Rua Venâncio Aires, 2114, Centro	SANTA MARIA /RS	1.112,83		2.226	
2	APS CACEQUI	Rua Sete de Setembro, 276, Centro	CACEQUI/RS	952,64		1.905	
3	APS CACHOEIRA DO SUL	Rua General Portinho, 1785, Augusta	CACHOEIRA DO SUL/RS	1.007,64		2.015	
4	APS RIO PARDO	Rua Adolfo Pritsch, 504, Centro	RIO PARDO/RS	1.126,14		2.252	
5	APS SANTA CRUZ DO SUL	Rua Ramiro Barcelos, 1430, Centro	SANTA CRUZ DO SUL/RS	1.016,98		2.034	
5 unidades				total m2		5.216	10.432

GRUPO 3

ITEM 5 – GEX Uruguiana

Qtde	Unidade	Endereço	Cidade	Área total edifício (m²)	Área externa (pátios e áreas verdes) (m²)	Área total	Previsão de 2 Aplicações /Ano
1	GEX/APS URUGUAIANA	Rua Tiradentes, 2781, Centro	GEX /URUGUAIANA	1.684,94	175,12	1.860	3.720
2	APS ALEGRETE	Rua Bento Gonçalves, 592, Cidade Alta, Centro	ALEGRETE/RS	1.614,75	675,84	2.291	4.581
3	APS DOM PEDRITO	Rua Moreira César, 1046, Centro	DOM PEDRITO /RS	1.259,19	249,93	1.509	3.018
4	APS ITAQUI	Rua Borges do Canto, 984, Centro	ITAQUI/RS	797,24	375,75	1.173	2.346
5	APS QUARAÍ	Rua São, 70	QUARAÍ/RS	334,40	497,05	831	1.663
6	APS ROSÁRIO DO SUL	Rua Amaro Souto, 1963, Centro	ROSÁRIO DO SUL/RS	1.251,03	215,19	1.466	2.932
7	APS SANTANA DO LIVRAMENTO	Rua Silveira Martins, 464, Centro	SANTANA DO LIVRAMENTO /RS	1.453,17	92,82	1.546	3.092
8	APS SÃO BORJA	Rua General Osório, 1842, Centro	SÃO BORJA/RS	593,00	0,00	593	1.186
9	APS SÃO GABRIEL	Praça Camilo Mércio, 77, Centro	SÃO GABRIEL/RS	1.836,21	784,73	2.621	5.242
9 unidades				total m2		13.890	27.781

ITEM 6 – GEX Uruguiana (serviço de desalojamento de pombos e morcegos)

Qtde	Unidade	Endereço	Cidade	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações /Ano	
------	---------	----------	--------	----------------------	--	-------------------------------	--

1	APS ALEGRETE	Rua Bento Gonçalves, 592, Cidade Alta, Centro	ALEGRETE/RS	592,37	1.185
2	APS ROSÁRIO DO SUL	Rua Amaro Souto, 1963, Centro	ROSÁRIO DO SUL/RS	778,07	1.556
2 unidades				total m2	1.370
					2.741

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. DA JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO PROPOSTO:

O quantitativo proposto fundamenta-se no histórico de consumo da Superintendência Regional Sul, apurado a partir de contratações anteriores, bem como na análise de quantitativos adotados em soluções similares implementadas por outros órgãos da Administração Pública. Ademais, as metragens dos imóveis foram devidamente ratificadas junto à Divisão de Engenharia da SRSUL. Dessa forma, o quantitativo definido reflete a solução mais adequada às necessidades técnicas efetivamente identificadas, observadas, ainda, as limitações orçamentárias vigentes no âmbito da SRSUL/INSS.

7.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

7.2.1. A metragem dos imóveis e as quantidades estimadas a serem contratadas encontram-se detalhadamente discriminados na tabela abaixo:

GRUPO 1					
ITEM 1 – GEX Ijuí					
Especificação	Qtde de Unidades	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	16	3417	m²	36.855,62	73.711,00
ITEM 2 – GEX Ijuí					
Especificação	Qtde de Unidades	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	1	30290	m²	786,50	1.573,00

GRUPO 2					
ITEM 3 – GEX Santa Maria					
Especificação	Qtde de Unidades	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	14	3417	m²	18.812,61	37.625,00
ITEM 4 – GEX Santa Maria					
Especificação	Qtde de Unidades	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	5	30290	m²	5.216,23	10.432,00

GRUPO 3					
ITEM 5 – GEX Uruguiana					
Especificação	Qtde de Unidades	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	9	3417	m²	13.890,36	27.780,00
ITEM 6– GEX Uruguiana					
Especificação	Qtde de Unidades	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano
serviço de desalojamento de pombos e					

morcegos	2	30290	m²	1.370,44	2.740,00
----------	---	-------	----	----------	----------

7.2.2. No que se refere aos **serviços de desinsetização, desratização e descupinização**, as metragens estimadas são as seguintes:

- GEX Ijuí: **73.711 m²/ano**;
- GEX Santa Maria: **37.625 m²/ano**;
- GEX Uruguaiana: **27.780 m²/ano**.
- **Total estimado: 139.116 m²/ano**.

Quanto aos **serviços de desalojamento de pombos e morcegos**, as metragens estimadas correspondem a:

- GEX Ijuí: **1.573 m²/ano**;
- GEX Santa Maria: **10.432 m²/ano**;
- GEX Uruguaiana: **2.740 m²/ano**.
- **Total estimado: 14.745 m²/ano**.

7.2.3. OBS: NO SISTEMA COMPRASNET, AS ÁREAS EM M² DOS SERVIÇOS SERÃO MULTIPLICADAS POR DOIS PARA QUE SEJAM FEITAS ATÉ DUAS APLICAÇÕES NO INTERVALO DE 12 MESES.

7.2.4. As quantidades indicadas na tabela acima são aquelas que poderão ser, eventualmente, solicitadas à Contratada durante a vigência contratual, ou seja, tratam-se de **serviços sob demanda da Administração**, sendo facultado à Contratante a utilização total ou parcial dos quantitativos indicados neste Estudo. Portanto, será efetuado o pagamento à Contratada somente dos serviços realmente prestados e inerentes às quantidades efetivamente solicitadas pela Contratante durante a vigência contratual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 75.244,44

8.1. DO ATENDIMENTO AO PRECONIZADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021:

O orçamento estimado foi obtido a partir de pesquisas de preços em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, tendo em vista o disposto na Nova Lei de Licitações e Contratos, Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se, portanto, de orçamento cujo valor é contemporâneo e compatível aos valores praticados pelo mercado no que tange à exequibilidade.

Os orçamentos utilizados para a estimativa do valor da contratação encontram-se sintetizados em relatório proveniente do aplicativo Pesquisa de Preços disponível no gov.br/compras.

8.2. DA ANÁLISE CRÍTICA DE PREÇOS:

O memorial de cálculo inerente à pesquisa de preços está disposto no Relatório constante no processo em epígrafe, e foi elaborado em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ ME n. 65/2021 (Pesquisa de Preços), em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Quanto à metodologia para obtenção do preço estimado, foi utilizada a média aritmética simples entre três ou mais orçamentos pesquisados, expurgando-se nesse cômputo todos os valores que destoavam demais dos limites superiores e inferiores com relação à linha média de preços, seguindo-se o disposto no Art. 6º da IN 65/2021 e parágrafos § 1º a § 6º, in verbis:

"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados".

Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto dessa contratação, sendo contemporâneos e exequíveis os valores orçados.

8.3. Abaixo segue tabela com os valores estimados da contratação, separados por grupos e itens:

GRUPO 1						
ITEM 1– GEX Ijuí						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário (m²)	Valor total para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	36855,62	73711	0,49	R\$ 36.118,39
16 unidades						

ITEM 2 – GEX Ijuí						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário (m²)	Valor total para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	30290	m²	786,5	1573	0,48	R\$ 755,04
1 unidade						
TOTAL GRUPO 1						R\$ 36.873,43

GRUPO 2						
ITEM 3 – GEX Santa Maria						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário (m²)	Valor total para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	18812,61	37625	0,49	R\$ 18.436,25
14 unidades						
ITEM 4 – GEX Santa Maria						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário (m²)	Valor total para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	30290	m²	5216,23	10432	0,48	R\$ 5.007,36
5 unidades						
TOTAL GRUPO 2						R\$ 23.443,61

GRUPO 3						
ITEM 5 – GEX Uruguaiana						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário (m²)	Valor total para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	13890,36	27780	0,49	R\$ 13.612,20
9 unidades						
ITEM 6– GEX Uruguaiana						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Área total m²: Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário (m²)	Valor total para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	30290	m²	1370,44	2740	0,48	R\$ 1.315,20
2 unidades						
TOTAL GRUPO 3					R\$ 14.927,40	
TOTAL GERAL GRUPO 1+2+3					R\$ 75.244,44	

8.3.1. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 75.244,44 (setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para o período de 12 (doze) meses, para o total de 153.861 metros². Isso corresponde ao valor unitário máximo estimado de:

- Item 1 - 3417 - Desinsetização / Desratização / Dedetização = R\$ 0,49/m² (quarenta e nove centavos)
- Item 2 - 30290 - Desalojamento de pombos e morcegos = R\$ 0,48/m² (quarenta e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e das orientações da Secretaria de Gestão, o parcelamento do objeto constitui a regra, sempre que técnica e economicamente viável, desde que o objeto seja divisível e que o fracionamento não acarrete inviabilidade técnica ou econômica, prejuízo à funcionalidade ou à integralidade da solução, tampouco resulte em perda de economia de escala, visando-se, prioritariamente, à ampliação da competitividade e à participação do maior número possível de licitantes.

9.2. Embora o parcelamento do objeto constitua a regra, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e das orientações da Secretaria de Gestão, no caso em análise verificou-se que o fracionamento da solução em um item por unidade não se mostra técnica e/ou economicamente viável, uma vez que poderia comprometer a integralidade da execução, gerar prejuízos à eficiência da prestação dos serviços e ocasionar perda de economia de escala.

9.3. Diante desse cenário, optou-se por estruturar a licitação em 03 (três) grupos, correspondentes a cada Gerência Executiva. Essa definição considera a extensa área geográfica de abrangência das Gerências Executivas e o fato de que a divisão em itens individuais por unidade não se revela viável sob os aspectos técnico e econômico uma vez que se trata de serviços de pequeno vulto. O parcelamento excessivo resultaria na celebração de múltiplos contratos de reduzido valor, pouco atrativos ao mercado fornecedor.

9.4. Cada grupo será composto por 02 (dois) itens, sendo um item destinado aos serviços de desinsetização, desratização e descupinização, e outro item destinado aos serviços de desalojamento de pombos e morcegos, preservando-se a coerência técnica entre os serviços e permitindo uma execução mais integrada e eficiente.

9.5. Para além dos aspectos estritamente técnicos, pondera-se, ainda, a dificuldade prática na execução de contratações excessivamente parceladas. Não são raros os exemplos de contratações de soluções unitárias fragmentadas em diversos contratos que acabam por resultar em insucesso, uma vez que tornariam a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face de seu reduzido quadro de servidores. Esses fatores reforçam a conclusão de que, no presente caso, a divisão do objeto em parcelas menores não se comprova técnica nem economicamente viável.

9.6. Assim, diante dos fundamentos expostos, conclui-se que a contratação dos serviços de controle de pragas, estruturada em 03 (três) grupos, contemplando o fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, configura-se como a solução que melhor atende aos interesses da Administração, apresentando-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos econômico, administrativo e operacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

Para fins conceituais, consideram-se contratações correlatas aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se à prestação do serviço, mas que não necessitam, obrigatoriamente, ser contratadas para a sua completa execução, conforme definição constante na seção *Dúvidas Frequentes* do Portal de Compras Governamentais.

Com base nesse entendimento, a Equipe de Planejamento identificou a existência de contratações correlatas ao objeto da presente demanda, as quais, entretanto, já foram devidamente licitadas, a saber:

- Serviços de Limpeza e Conservação;
- Serviços de Manutenção Predial;
- Serviços de Vigilância Ostensiva.

10.2. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES:

Entendem-se como contratações interdependentes aquelas que necessitam ser contratadas conjuntamente com o objeto principal para que este possa ser plenamente executado, conforme definição apresentada na seção *Dúvidas Frequentes* do Portal de Compras Governamentais.

À luz da definição supracitada, a Equipe de Planejamento concluiu que não há contratações interdependentes relacionadas ao objeto da presente demanda, inexistindo serviços, já licitados ou a serem licitados, que demandem contratação conjunta para a execução integral do objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2024-2027 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 46/CEGOV/INSS, de 02 de janeiro de 2025. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

11.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2026.

11.3. Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2026 da SRSUL, Contratação nº 510181/000060/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS.

- a) Promover a saúde, a segurança e o bem-estar dos ocupantes dos espaços físicos das unidades do INSS SRSUL, assegurando a manutenção de ambientes salubres, seguros e adequados ao exercício das atividades institucionais.
- b) Contribuir para o fortalecimento da imagem institucional do INSS, especialmente no que se refere às condições de salubridade, segurança e conforto, parâmetros que se relacionam direta ou indiretamente com a percepção e a qualidade dos serviços prestados pela Autarquia.
- c) Mitigar o surgimento e a proliferação de pragas urbanas e vetores de doenças, por meio da execução contínua e preventiva dos serviços de controle de pragas, reduzindo a exposição de servidores, colaboradores e usuários a riscos potenciais à saúde.

12.2. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

Para fins de medição dos resultados, objetivando alcançar os benefícios pretendidos com a presente contratação, será implementado para a presente contratação o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), e que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações do pagamento.

Constam no IMR (Anexo V do Edital) os seguintes parâmetros, *in verbis*:

INDICADOR 1	Atrasos anormais às respostas comunicadas pela Contratante e/ou Gestão/e ou Fiscalização do contrato e/ou que extrapolem o prazo concedido.
INDICADOR 2	Descumprimento/atrasos na entrega dos serviços pactuados; Falta de assiduidade/pontualidade de qualquer natureza quando da solicitação de serviços pela Contratante ou quando os prazos estiverem previamente estabelecidos no Contrato, Edital e seus anexos.
INDICADOR 3	Danos e/ou Prejuízos e/ou Vícios e/ou Falhas de quaisquer natureza quando da execução dos serviços, causando prejuízos e/ou danos morais, materiais ou físicos.
INDICADOR 4	Descumprimento no que tange à falta na qualidade e/ou quantidade quando da prestação dos serviços e/ou do fornecimento de equipamentos e insumos diversos necessários à plena execução dos serviços, nos prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
INDICADOR 5	Falha ou atraso na prestação da garantia do serviço prestado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O INSS - SRSUL já dispõe das condições e infraestrutura adequadas para a plena execução dos serviços pela Contratada, visto se tratar da contratação de serviço que foi contratado e executado em moldes semelhantes em 2025, não havendo, portanto, a necessidade de readequações ou reestruturação do ambiente onde o serviço será prestado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. DA SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

No que tange ao atendimento dos critérios de sustentabilidade, o presente estudo toma por base, principalmente, ao constante no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS), da Controladoria Geral da União - CGU. No referido Guia, recomenda-se atenção aos seguintes dispositivos legais, a saber:

14.1.1. GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CGU, 8ª Edição, Outubro 2025 (p. 130 - 138):

"**LEGISLAÇÃO:**

- Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.);

- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010;
- Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências);
- RDC ANVISA nº 622, de 9 de março de 2022 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências);
- RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas);
- Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.).

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES:

- A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.
- A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.
- A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.
- Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.
- A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.
- A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.
- Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.
- No que se refere à logística reversa:

a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.

c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

- A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

- As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríple lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

- A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.

- Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental

PRECAUÇÕES:

- Lembramos que o fabricante de desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021), de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas). Observar que tais disposições já foram incluídas neste item do Guia.

- É preciso registrar ainda que não consta do Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, que trata sobre as Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, a exigência de registro da empresa de prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos pelo que a referida atividade não demanda mais inscrição pelas empresas no CTF/APP-Ibama.

- Observância ao disposto no Decreto nº 10.936, de 2022:

Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.

(...)

Art. 17. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e suas embalagens, observará o disposto em legislação específica sobre a matéria.

(...)

Art. 28. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos, de seus resíduos e de suas embalagens aos quais se refere o caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo, não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial ou ao termo de compromisso firmado com a União.

§ 1º As obrigações a que se refere o caput incluem os dispositivos referentes:

I - à operacionalização, aos prazos, às metas, aos controles e aos registros da operacionalização dos sistemas de logística reversa;

II – aos planos de comunicação, às avaliações e ao monitoramento dos sistemas de logística reversa; e

III - às penalidades e às obrigações específicas imputáveis aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes.

§ 2º Eventual revisão dos termos e das condições previstos em acordo setorial ou em termo de compromisso firmado com a União, consubstanciada em termos aditivos e que altere as obrigações de que trata este artigo, será atendida pelos fabricantes, pelos importadores, pelos distribuidores e pelos comerciantes a que se refere o caput.

Art. 29. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas em acordo setorial ou em termo de compromisso de que trata o art. 18, inclusive daquelas decorrentes do disposto no art. 28, serão aplicadas aos signatários, aos aderentes e aos não signatários as penalidades previstas na legislação ambiental.

14.1.2. A Portaria PRES/INSS no 1.704, de 12 de junho de 2024, aprovou, no âmbito do INSS, o **Plano de Logística Sustentável - PLS**, na forma dos Anexos I a III da Portaria. Nesse sentido, na presente contratação devem ser observadas as seguintes diretrizes constantes do PLS:

- a) gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- b) considerar critérios compatíveis com padrões de consumos social e ambientalmente sustentáveis;
- c) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com diminuição do consumo de água e energia elétrica, otimização do uso de materiais e recursos naturais e implantação de gestão de resíduos sólidos;
- d) identificação e utilização de objetos de menor impacto ambiental;
- e) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;
- f) promoção de ações afirmativas de equidade e de inclusão pela empresa contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto, a contratação dos serviços em pauta mostra-se viável do ponto de vista técnico, razão pela qual não se identificam óbices técnicos ou financeiros para a continuidade do processo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 05 (24031102)

ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 17:58:15.

Despacho: Portaria 05 (24031102)

JULIANA DA SILVA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 13/02/2026 às 12:15:20.